

Wallison de Oliveira Antunes<sup>1</sup>

**Escravidão e Sociedade na América Portuguesa:  
a freguesia de São José do Rio das Mortes,  
1750-1800. Minas Gerais no Século XVIII.**

**R E S U M O** | *A pesquisa tem como principal temática a escravidão africana na América portuguesa. Através de um estudo de caso, cujas fontes empíricas são os registros paroquiais da Matriz de São José do Rio das Mortes e de mais 9 capelas adicionais, assim como um Rol de Confessados de S. Joze datado de 1795, procura-se analisar a representatividade da escravidão, em suas dimensões sociológicas, na sociedade colonial. Ao mesmo tempo, examina-se as composições das populações africanas da freguesia e suas transformações demográficas ao longo da segunda metade do século XVIII.*  
**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos Populacionais, Escravidão, Origens históricas, Sociedade Colonial

**A B S T R A C T** | *The research has as its main theme the Portuguese African slavery in America. Through a case study, whose empirical sources are the parish records Matrix Sao José do Rio das Mortes and 9 more chapels additional, as well as a Rol de Confessados de São Joze dated 1795, seeks to examine the representation of slavery; its sociological dimensions, in colonial society. At the same time, it examines the compositions of the African population of the parish and its demographic changes over the second half of XVIII.*  
**KEYWORDS:** Population Studies, Slavery, Historical Origins, Colonial Society

## **Introdução**

O texto que se segue examina aspectos da evolução demográfica e histórica de populações africanas na América portuguesa ao longo do século XVIII. Em sua dimensão particular, o recorte cronológico e geográfico proposto para a investigação é a segunda metade do século XVIII (1750-1800) na freguesia de São José do Rio das Mortes – atual Tiradentes – Minas Gerais. Situada na Comarca do Rio das Mortes, uma das quatro em que se dividia a Capitania de Minas Gerais em meados do século XVIII<sup>2</sup>, a freguesia de São José desde muito cedo teve sua economia mais orientada para a agropecuária que para a mineração. Localizada um pouco mais ao sul dos distritos mineradores, com os quais estabeleceu uma lucrativa atividade comercial, e também vantajosamente próxima das estradas e caminhos que cortavam a Capitania, a freguesia de São José desenvolveu, ao longo do setecentos, uma economia regional caracterizada pela diversificação, baseada na agricultura, criação de animais e comércio, num ambiente social em que a mineração canalizava grande parte dos fatores produtivos.

O recorte cronológico proposto deve-se principalmente ao fato de esse constituir um período pouco explorado pela literatura historiográfica dedicada a Minas Gerais. De modo geral, a historiografia enfocou, com bastante rigor e minúcia, o período conhecido como “auge da mineração”, a idade do ouro do Brasil, isto é, a primeira metade do setecentos mineiro, deixando em segundo plano, ou melhor, tratando como apêndice, os processos

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>2</sup> Comarca do Rio das Mortes, Comarca de Vila Rica, Comarca de Sabará e Comarca do Serro Frio.

paralelos e posteriores pelos quais passaram a sociedade e a economia da Capitania. A bem dizer, ainda há pouco era possível encontrar estudos que afirmavam categoricamente que, pós-auge minerador, Minas Gerais teria passado por um processo de vertiginosa decadência. Imprecisões que estudos recentes, fundamentados em boas doses de empiria e sólida metodologia, têm procurado refutar<sup>3</sup>.

A principal base empírica da pesquisa são os registros paroquiais de batismo e óbito assentados em livros da Matriz de São José do Rio das Mortes e de mais 9 capelas adicionais<sup>4</sup>, os quais se somam a uma segunda fonte, o *Rol dos Confessados de São Joze*<sup>5</sup>, um arrolamento eclesiástico de paroquianos realizado na quaresma do ano de 1795. Documento que lista, por fogo, praticamente toda a população da região, excluindo somente os menores de sete anos, uma vez que não se confessavam. Essa documentação se encontra nas Bases de Dados<sup>6</sup> produzidas no âmbito do projeto *Populações Mineiras: a Vila e o Termo de São José do Rio das Mortes, 1720-1850*, sob a Coordenação do Professor Doutor Douglas Cole Libby, diretor do Centro de Estudos Mineiros (CEM), instituto de pesquisa vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG).

A escolha específica desses documentos como fontes primárias deveu-se pelo menos a dois motivos.

Primeiro, são fontes produzidas por uma das instituições mais notadamente presentes no espaço social da América portuguesa: a Igreja. Acreditamos ser dispensável lembrar o importante papel que a Igreja desempenhava em quase todos os aspectos da vida no Brasil colonial, tendo muitas vezes funcionado como elemento agregador em um universo social marcado pela diversidade “étnica” das populações e pelas rígidas hierarquias da sociedade colonial. Ademais, por suas características, isto é, por listarem de modo praticamente regular informações relativas às populações locais, os registros paroquiais, ainda que condicionados pelos contextos e motivações de produção, fornecem preciosas informações para o estudo de populações do passado.

Como segundo motivo, mas não menos importante, é de nosso especial interesse analisar o potencial investigativo das fontes para estudos de caráter regional, bem como para a apreensão de grupos menos focados por outras fontes mais “seletivas”, como é o caso das populações escravas africanas. Em nossa proposta, portanto, não nos limitamos a tomar os registros paroquiais e o Rol de Confessados ingenuamente como fontes dadas e válidas; pelo contrário, procuramos contrastar, sempre que possível, os resultados parciais levantados na pesquisa com os de outros estudiosos que se debruçaram sistematicamente sobre o período histórico aqui enfocado.

Ao tomar a escravidão africana na América portuguesa como tema, pretendemos investigar a história de populações que, embora tenham desempenhado um papel de relevo na construção histórica da sociedade da América portuguesa, não receberam este mesmo peso nas páginas dos livros de história. Em outras palavras, a literatura sobre os africanos no

<sup>3</sup> Carla Almeida, “Homens ricos homens bons: produção e hierarquização em Minas colonial, 1750-1822” (Diss. Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2001).

<sup>4</sup> Nomeadamente: Bichinho, Padre Gaspar, Lages, Passatempo, Oliveira, Cláudio, Carmo do Japão, São João Batista e Desterro.

<sup>5</sup> *Rol dos Confessados desta Freguesia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente anno de 1795*, Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, Tiradentes, Minas Gerais, manuscrito. Banco de Dados organizado pelos prof. Douglas C. Libby e Clotilde A. Paiva. Original: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, Tiradentes, MG.

<sup>6</sup> Centro de Documentação, Diocese de São João del Rei, *Arquivo Paroquial de Santo Antônio de São José do Rio das Mortes* (doravante citado como APSASJRM) Livros de Batismo e Óbito.

Brasil é escassa entre os historiadores. Basicamente, foram os sociólogos e os antropólogos os responsáveis pelas maiores contribuições nesse campo. Apesar da importância das análises existentes, o tema ainda carece, e muito, de abordagens de caráter histórico.

Ademais, importa observar que a introdução de mão-de-obra escrava, via tráfico negro, foi um dos fatores de relevo para a conquista, ocupação e efetiva colonização do território mineiro. Apesar disso, são raras as estimativas acerca das populações escravas referentes a esse período (1750-1800) da história de Minas Gerais, pois grande parte da literatura historiográfica focaliza a primeira metade do setecentos, fase de grande produção aurífera.

Some-se a esses fatores o fato de que uma bibliografia recente tem apontado que, entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, Minas Gerais possuía um dos maiores contingentes populacionais do território da América portuguesa. Populações cujas fileiras, ao que tudo indica, eram continuamente engrossadas pela introdução de mão-de-obra escrava africana.

Por fim, é importante observar que a investigação do passado das “populações brasileiras” representa, de certo modo, um esforço paralelo e simultâneo no sentido de compreender a sociedade brasileira contemporânea. Em certo sentido, significa lançar um olhar histórico sobre os impasses e as contradições dessa sociedade.

Em termos estruturais, a apresentação dos resultados da pesquisa divide-se em dois textos independentes, porém complementares.

No primeiro texto, procuramos analisar a representatividade da escravidão, em suas dimensões sociológicas, na sociedade são-joseense. A partir desse objeto principal, levantamos, num primeiro momento, dados e hipóteses relativas à presença maciça de escravos na população local; em seguida, analisamos informações referentes às alforrias e procuramos compreender como elas se relacionavam com as hierarquias da sociedade colonial; por fim, buscamos evidenciar a penetração da escravidão no cotidiano de uma sociedade escravista, relacionando-a particularmente com os paradoxais números que se referem às populações legalmente livres.

No segundo, especialmente relacionado com as populações africanas forras e escravas, procuramos investigar a composição das populações africanas listadas nas fontes. Num primeiro momento, tomamos como objeto de investigação as origens das populações escravas da freguesia, dividindo essas populações em dois grandes grupos de origem: africanos e nativos; em seguida, verificamos as mudanças na composição das populações africanas ao longo do tempo, e averiguamos como essas mudanças se relacionavam com o tráfico atlântico; por último, examinamos características particulares das populações africanas, como a extraordinária diversidade dos grupos de procedência, as taxas de masculinidade, a composição etária e a intrigante questão das alforrias entre as populações oriundas do tráfico.

Como escolha metodológica, decidimos pela análise sistemática e serial da documentação, uma abordagem característica dos Estudos Populacionais, usualmente também conhecidos como História Demográfica ou Demografia Histórica.

Sendo uma literatura inspirada na demografia, ao longo do texto o leitor deparar-se-á com instrumentos de análise como gráficos e tabelas, ferramentas intelectuais que cada vez se fazem mais frequentes entre historiadores. Cabe lembrar, porém, que não se deve confundir esses instrumentos com meros apêndices demonstrativos. Muito pelo contrário, eles representam uma substancial mudança para a produção historiográfica, ou seja, a criação de uma nova linguagem interpretativa na ciência histórica, inovação capaz de integrar novos campos de análise ao universo cognitivo do historiador.

De modo similar, outros instrumentos metodológicos que o leitor encontrará em abundância ao longo do texto são as amostragens, as comparações de dados e os cruzamentos

de informações. Estes instrumentos foram de grande importância no exame de características relativas à natureza e à lógica de produção das fontes primárias, fornecendo preciosos elementos para a crítica das informações. Ao mesmo tempo, foram suma importância na relativização dos resultados e na construção de hipóteses. Contribuindo, assim, para o avanço metódico e sistêmico da investigação.

### **Para além do peso dos números: a representatividade da escravidão na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1800**

O entendimento histórico do fenômeno da escravidão africana na América Portuguesa requer, como passo fundamental, uma compreensão anterior da *representatividade* da instituição da escravidão na sociedade colonial. Antes de mais, é preciso esclarecer que o que denominamos representatividade não se limita à simples verificação da presença, em termos numéricos, de escravos entre as populações da Colônia. O raciocínio que aqui esboçamos é um pouco mais ambicioso e por isso um tanto mais arriscado e conscientemente propenso a erros.

Para além do peso dos números, o que propomos é uma compreensão das dimensões sociológicas da escravidão na sociedade colonial, na medida em que esta instituição, isto é, a escravidão, tenha influenciado as dinâmicas sociais da freguesia de São José, desempenhando nessa sociedade, tomada para um estudo de caso, um papel mais importante que o comumente esboçado na historiografia. Assim, os números demonstram a escravidão penetrando e enraizando-se no cotidiano da freguesia; moldando, a pouco e pouco, novas formas de hierarquias e mobilidades; e inclusive impulsionando – a curto, médio e longo prazos – transformações nas populações livres. Nesse sentido, os dados levantados ao longo da pesquisa são interpretados como indicadores de uma realidade social e não propriamente a realidade retratada em gráficos e tabelas.

Para o estudo da representatividade da escravidão na freguesia de São José, procuraremos, na medida do possível, comparar dados originários de fontes de informação de natureza diversa, e assim detectar, analisar e interpretar – à luz dos conhecimentos historiográficos – as informações sistematicamente selecionadas nas fontes. Da mesma forma, as possíveis distorções e ausências de informação da documentação serão alvo de nossa especial atenção, pois esses são aspectos sobremaneira relevantes para compreendermos como fontes primárias distintas iluminam ou obscurecem intrigantes contornos do passado. Mais ainda, a análise desses aspectos viabiliza o ambicioso objetivo que é de o entender, ainda que apenas parcialmente, o funcionamento da inteligência que opera por trás dos relatos do passado: os homens e suas utensilagens mentais.

Contudo, investigar a representatividade da escravidão na sociedade colonial é tarefa duplamente árdua. Por um lado, representa uma tentativa, nem sempre bem sucedida, de reconstruir parte de um universo social cujas estruturas, o funcionamento e as dinâmicas conhecemos apenas superficialmente. Por desafortunada ironia, o olhar em perspectiva do historiador, ainda que formidavelmente aguçado, na maior parte das vezes é incapaz de enxergar elementos que foram banais na vida dos homens do passado. Por outro lado, as fontes comumente utilizadas nesse tipo de análise são documentos cuja natureza e produção apenas indiretamente informam de algumas características da sociedade colonial. Os documentos que temos em mãos, por mais preciosos, não são mais que testemunhos indiretos de um passado distante e estranho à inteligência do presente.

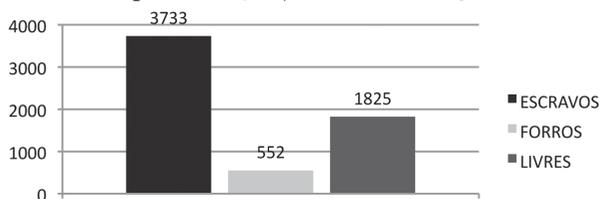
Em seu conjunto e em suas especificidades, os documentos paroquiais da freguesia de São José do Rio das Mortes não escapam a essa crítica. Embora sejam fontes notáveis para os estudos populacionais, suas informações não foram produzidas como essa finalidade. São,

na verdade, registros que trazem informações sobre o “estado das almas” que estavam sobre o cuidado e a autoridade institucional da Igreja.

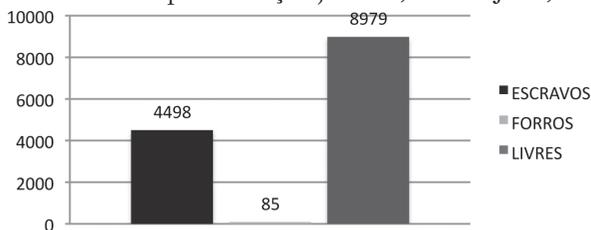
Entretanto, é importante destacar que não existem fontes perfeitas para o estudo da história, as fontes ideais são a maravilhosa utopia de todo historiador. A construção do conhecimento histórico, no entanto, constitui-se como um processo lento, sistêmico e de alta densidade, uma operação que requer a inteligência diagonal do historiador. Inteligência que opera obliquamente e a contrapelo, transformando os relatos do passado, em suas diversas formas, em objetos de ciência: as fontes nada dizem por si.

Os gráficos a seguir foram construídos a partir dos registros de batismo, de óbito e do *Rol de Confessados* do ano de 1795. Neles podemos visualizar as populações listadas nas fontes de acordo com o status jurídico, isto é, entre escravos, forros e livres. A análise comparativa dos dados é duplamente interessante, na medida em que nos informa a um só tempo de especificidades das fontes, que se tornam mais evidentes quando contrastadas, e de características da sociedade são-joseense, que, de acordo com a fonte selecionada, tem alguns de seus contornos acentuados ou suavizados. De igual importância é salientar que as categorias jurídicas utilizadas para construir os gráficos, isto é, escravos, forros e livres, foram retiradas das próprias fontes. Portanto, em certo sentido, visualizamos o corpo documental a partir de uma perspectiva empregada pelos seus contemporâneos<sup>7</sup>.

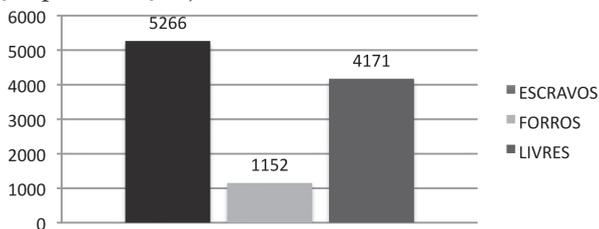
**Gráfico 1.** Assentos de óbito por condição jurídica, APSASJRM, 1752-1800



**Gráfico 2.** Assentos de batismo por condição jurídica, APSASJRM, 1752-1800



**Gráfico 3.** População por condição jurídica, Rol dos Confessados do Ano de 1795, São José



<sup>7</sup> A excessão ocorre quando se trata dos indivíduos livres. De modo geral, as fontes não se referem à condição jurídica desta parcela da população. Os números relativos aos livres, portanto, resultam de operações dedutivas.

No que diz respeito a um plano geral, é notável que, em todas as fontes, a presença de escravos tenha sido registrada de forma significativa. Nos assentos de óbito e no Rol de Confessados, por exemplo, o percentual de escravos supera em muito o número de indivíduos listados como livres. Além disso, tanto nos óbitos como no Rol de Confessados, uma numerosa população forra foi assinalada. A presença desses alforriados, por um lado, representa a relativa mobilidade presente na sociedade escravista da América portuguesa, e por outro, torna evidente que a sociedade escravista possuía dinâmicas e mecanismos de funcionamento muito mais complexos que os até o momento esboçados pela historiografia<sup>8</sup>.

Importa dizer que, nos dados referentes aos alforriados, há toda uma geração de indivíduos diretamente associados a um passado recente de cativo. Por norma, esses homens e mulheres não eram escravos, no entanto tampouco integravam o universo social dos homens livres. Vagavam intrigantemente entre a escravidão e a liberdade. Esse quadro pode se tornar ainda mais complexo se imaginarmos que os filhos de mulheres alforriadas, ou seja, de ex-escravas, eram batizados como crianças livres, engrossando as fileiras de uma estatística, referente às populações livres, que merece exames mais detalhados.

Em cifras, os escravos representam cerca de 60% dos registros de óbito e 50% dos indivíduos listados no Rol. No entanto, uma curiosa inversão dos dados ocorre nos registros de batismo. Entre os batizados, 66% dos registros referem-se a indivíduos listados como livres, 33% a escravos e apenas 1% a forros<sup>9</sup>. A diferença entre os dados das fontes nos sugere pelo menos dois caminhos interpretativos bastante fecundos. O primeiro deles, de caráter teórico e fundamental, relaciona-se particularmente com as características de produção de cada fonte; o segundo caminho, mais hipotético e desafiador, refere-se à análise das dinâmicas populacionais da freguesia de São José.

No que se refere aos batismos, a literatura sobre a escravidão há muito destaca o fato de que a população escrava provavelmente tenha sido notoriamente sub-registrada nesse tipo de fonte. A historiografia sublinha que muitos escravos poderiam ter sido batizados tanto em território africano como em outras regiões diferentes das que foram destinados a viver<sup>10</sup>. Por outra parte, há análises – embora carentes de material empírico relevante – que enfatizam que muitos proprietários, bem como a Igreja, podem ter sido, não raras vezes, um tanto omissos em relação ao “estado das almas” dos cativos.

Particularidades como essas demonstram que os números, embora aparentem ser expressivos e fiáveis, não são mais que meros indicadores, instrumentos rudimentares e nada precisos: matéria prima para investigações. Por isso, análises que se prendem demasiadamente aos dados, olvidando a crítica das fontes, podem chegar a conclusões um tanto duvidosas – para não dizer errôneas –, posto que sequer tomam conhecimento de que as informações que as

---

<sup>8</sup> Douglas Cole Libby; Clotilde Andrade Paiva, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’el Rey em 1795”, *Revista Brasileira de Estudos de População* (Vol. 17, Nº 1/2, jan./dez., 2000), 17-46.; Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos Testamentos*. (1ª ed., São Paulo: Annablume, 1995).

<sup>9</sup> Um interessante e inovador debate historiográfico vem girando em torno da questão das alforrias na pia batismal. Consultar a respeito: Douglas Cole Libby; Tarcísio Rodrigues Botelho, “Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto”, *Vária História* (n. 31, jan. 2004), 69-96.; Douglas Cole Libby; Afonso de Alencastro Graça Filho, “Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850”, *Vária História* (n. 31, Jun. 2003), 112-151.

<sup>10</sup> Sheila de Castro Faria, *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família e no cotidiano Colonial* (1ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998).

fontes fornecem são, conscientemente ou não, visões parciais, como qualquer testemunho, de uma realidade social sobremaneira complexa.

Em contrapartida, os registros de óbito trazem uma cifra muito alta de escravos, se comparados com os dados dos batismos e com análises referentes a outras regiões escravistas da América<sup>11</sup>. Uma interpretação conservadora desses dados apontaria, sem grande hesitação, esse fato como prova cabal da altíssima mortalidade entre as populações escravas. Embora essa observação seja válida como hipótese, é um tanto prematura diante dos escassos dados que temos em mãos. O que de imediato se pode sugerir é que a cifra dos óbitos demonstra uma presença maciça de escravos entre a população de São José, ao mesmo tempo em que denuncia a significativa entrada de mão de obra escrava africana na região ao longo de praticamente todo o século XVIII. Afinal, muitos dos óbitos aqui computados, pensando particularmente no caso dos africanos, referem-se a indivíduos desembarcados nas primeiras décadas do Setecentos. Desse modo, as cifras dos óbitos representam um movimento secular, por meio do qual podemos acompanhar o falecimento de gerações inteiras de populações escravas.

Um meio termo relevante para essas estatísticas pode ser visualizado nos dados do Rol de Confessados. Diferente das cifras dos batismos e dos óbitos, que se referem a dados que se desdobram por meio século (1750-1800), o Rol se refere a um momento particular no tempo, o ano de 1795. As características dessa fonte são notáveis, na medida em que, através de suas informações, podemos perceber as populações da freguesia de São José por variáveis como o status jurídico, as origens regionais, cor, idade, sexo, estado civil etc. Ao que tudo indica, para além das características formais da fonte, o produtor da informação parece ter sido um indivíduo interessantemente preocupado em relatar, com considerável rigor e minúcia, as características da população local.

No Rol, os escravos correspondem a 49% dos indivíduos registrados, um percentual bem menos expressivo que nos óbitos, mas ainda assim consideravelmente alto. Esta cifra, juntamente com os demais dados, evidencia que a escravidão, em suas dimensões sociológicas, era um elemento constitutivo da sociedade colonial, pois estava sobremaneira presente para ser minimizada, ignorada ou entendida como um fenômeno à parte, como infelizmente parte da historiografia o faz hoje.

Neste ponto é necessário novamente chamar a atenção para o número de alforriados presente no Rol, pois eles representam 11% de todos os indivíduos listados na freguesia no ano de 1795. Em outros termos, se basearmos a análise tanto em escravos como nos indivíduos cujo passado recente está diretamente ligado à escravidão, chegaríamos à conclusão de que a penetração da escravidão na sociedade local foi muito maior do que os dados podem sugerir.

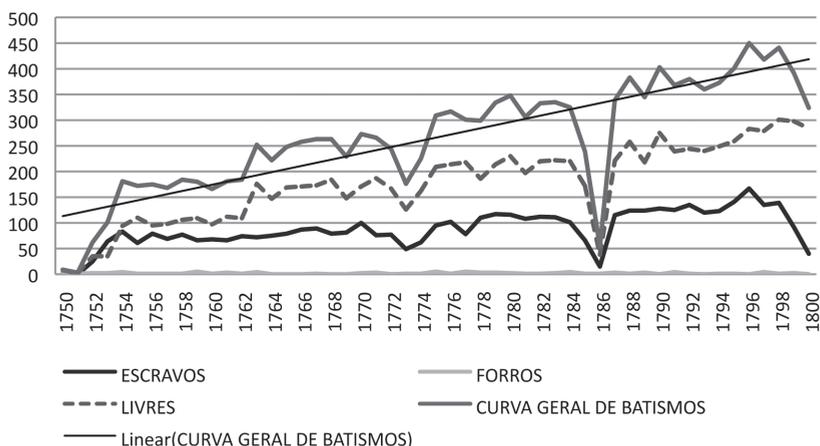
Contudo, o Rol de Confessados, enquanto fonte, possui uma particularidade que deve ser explicitada. Nessa fonte, somente foram arroladas pessoas maiores de 7 anos, ou seja, indivíduos que haviam alcançado a “idade da razão” e por isso se confessavam. A partir dessa observação, podemos relativizar os dados apresentados no gráfico número 3. Além disso, os estudos sobre as populações das sociedades pré-industriais tendem a concordar que uma característica geral dessas sociedades era uma alta taxa de nascimentos, seguida de extraor-

---

<sup>11</sup> Consultar entre outros Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988); Francisco Vidal Luna; Herbert Klein, *Evolução da sociedade e da economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850* (São Paulo: EDUSP, 2005).

dinárias taxas de mortalidade infantil<sup>12</sup>. Analisando os dados do Rol sobre essa perspectiva, somos obrigados a reconhecer que uma boa parte da população da freguesia pode não ter sido listada na fonte. Ainda assim, este documento não se torna menos extraordinário. Uma das formas de talvez atenuar esta ausência seria uma análise comparativa dos dados do Rol com os dos batismos de São José. O gráfico a seguir fornecerá os elementos para essa análise.

**Gráfico 4.** Batismos segundo condição jurídica, APSASJRM, 1752-1800



Em uma visão imediata e um tanto antecipada dos dados, a curva geral de batismos do gráfico 4 sugere que, ao longo da segunda metade do século XVIII, a freguesia de São José pode ter apresentado uma acentuada tendência de crescimento. Entretanto, na contramão de qualquer observação genérica, é necessário ter em conta que os números do gráfico se referem unicamente aos indivíduos batizados na Matriz de São José ou em uma das suas capelas adicionais. Portanto, os dados não fazem referência à totalidade dos indivíduos nascidos na região e tampouco àqueles introduzidos pelo comércio negreiro. Dessa forma, as limitações da fonte devem ser consideradas e, por esse motivo, qualquer observação a respeito da dinâmica populacional, mediada pelos números dos batismos, deve ser bastante relativizada.

Além disso, outro aspecto da documentação que deve ser sublinhado é o fato de que os batismos não se referem somente a inocentes<sup>13</sup>, isto é, a crianças. Em outros termos, embora a esmagadora maioria dos registros se refira a inocentes, há também um número considerável de escravos africanos, ou seja, indivíduos adultos, sendo batizados ao longo de todo o período enfocado.

Ainda no plano da observação geral, é perceptível que, para o ano de 1786, os registros de batismos são escassos. Ao que tudo indica, o livro referente a esse ano não resistiu à ação corrosiva do tempo ou foi extraviado, pois somente algumas páginas referentes ao ano de 1786 foram encontradas. Para os demais anos, no entanto, os registros formam uma longa série de dados com amostras representativas.

<sup>12</sup> Consultar Carlo M. Cipolla, *Historia Económica de la Europa Preindustrial* (Madrid: Revista de Occidente, 1976).

<sup>13</sup> Termo empregado nas fontes para identificar 'crianças'. Aparece também com frequência o termo "párvulo".

Para além da curva geral, é importante acompanhar também as curvas referentes aos batismos segundo condição jurídica. Provavelmente, os dados mais importantes do gráfico se referem a essas curvas.

Chama a atenção, num primeiro momento, o fato da curva de batismos de indivíduos livres superar, em muito, a de escravos e alforriados, consolidando assim os dados do gráfico 2, que demonstravam um percentual maior de população livre. A título de comparação, em pesquisas recentes sobre a Comarca do Rio das Mortes, Libby vem destacando o fato de a população livre, ao longo do século XVIII, ter se estabelecido com uma tendência para o crescimento<sup>14</sup>. A hipótese do autor, à primeira vista, é endossada pelos dados da presente amostra; no entanto acreditamos que, antes de qualquer conclusão antecipada, os dados devem ser analisados com maior detalhamento.

A análise comparativa do desenvolvimento das curvas revela uma relativa estabilidade, caracterizada por um tímido crescimento, na curva referente ao batismo de escravos. Considerando a hipótese de que muitos dos escravos africanos que viviam na freguesia não foram computados nos dados dos batismos, é notável que a amostra da presença escrava seja tão representativa no gráfico. Isso sugere que a reprodução natural das populações escravas parece ter desempenhado um papel fundamental na manutenção do regime escravista em São José. E mais ainda, a aparente estabilidade da curva revela que a introdução de mão de obra escrava africana, somada ao nascimento de crianças cativas, formaram uma estrutura social capaz de se reproduzir ao longo do tempo, garantindo assim a continuidade do sistema escravista de trabalho.

Embora pouco significativos numericamente, os batismos de crianças alforriadas na pia constituem outro intrigante dado do gráfico. Este é um tema que ainda carece de estudos metodologicamente rigorosos e empiricamente fundamentados. Contudo, uma interessante bibliografia vem sendo produzida. Por um lado, há autores que tendem a relacionar a alforria destes “inocentes” com a possível paternidade por parte de seus proprietários ou ainda com os laços de solidariedade e de moralidade cristã de alguns senhores de escravos. Por outro lado, autores como Clóvis Moura questionam radicalmente este tipo de análise, na medida em que buscam demonstrar que muitas vezes essas alforrias eram pagas com pecúlio acumulado pelos pais escravos<sup>15</sup>. Infelizmente, os dados que temos em mãos são escassos e assistemáticos, por isso não permitem avançar com hipóteses bem fundamentadas. No entanto, pode-se afirmar que o aparecimento desses alforriados no gráfico sugere a existência de dinâmicas de negociação social da liberdade.

Por fim, o dado mais curioso do gráfico provavelmente refere-se à curva de batismo de inocentes livres. Ao longo do período enfocado, o crescimento dessa curva é visivelmente superior ao das demais representadas. Analisando-se este fato diante da relativa estabilidade da curva de batismos de escravos e da insignificância numérica dos batismos de alforriados, conclui-se que a tendência de crescimento da curva geral de batismos é basicamente impulsionada pela curva de batismos de indivíduos livres. Em outras palavras, o crescimento do

---

<sup>14</sup> Douglas Cole Libby; Clotilde Andrade Paiva, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’el Rey em 1795” *Revista Brasileira de Estudos de População* (Vol. 17, Nº 1/2, jan./dez., 2000), 17-46.

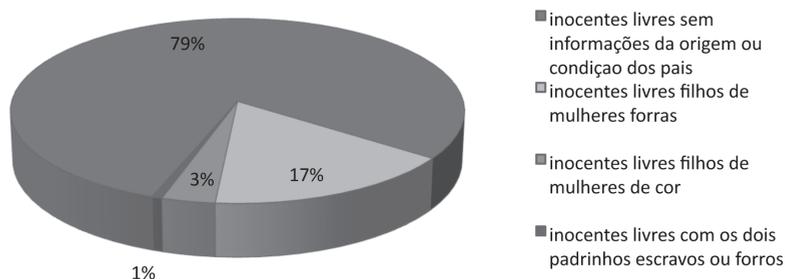
<sup>15</sup> Clóvis Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (1ª ed., São Paulo: Edusp, 2004); Stephen Gude-man; Stuart Schwartz, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII” in *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*, org. João José Reis (São Paulo: Brasiliense, 1988), 33-51.

número de batismos ao longo do tempo é, em grande medida, resultado do crescimento do número de batismos de indivíduos livres, e não de escravos ou de alforriados.

Tomando-se os dados do gráfico 4 como indicadores da evolução populacional de São José, chegamos à conclusão de que os dados do Rol de Confessados, indicados no gráfico 3, podem estar um tanto distorcidos no que diz respeito às condições jurídicas das populações. Como observamos anteriormente, no Rol somente foram listados indivíduos a partir dos sete anos de idade. Essa particularidade da fonte pode ter, supostamente, excluído boa parte da população local. E se entre essa população o crescimento do número de indivíduos livres foi mais significativo, o número de escravos, ou melhor, o percentual representado pelos escravos, evidenciado no Rol, deve ser relativizado. Isso demonstra que, para que os estudos populacionais tenham o mínimo de rigor científico, o cruzamento de informações de natureza diversa deve ser tomado como um procedimento padrão.

Por outra parte, simplesmente constatar a tendência de crescimento da curva referente aos batismos de indivíduos livres é um procedimento demasiado superficial, que não nos ajuda a entender as dinâmicas de uma sociedade escravista. Ademais, na sociedade colonial, sob a imprecisa noção de “liberdade”, há sinuosos contornos que em geral escapam aos mais argutos observadores. O desafio de compreender de forma mais ampla essa sociedade, impõe a necessidade de ir mais longe e analisar os dados com maior nível de detalhamento. O gráfico a seguir representa uma decomposição da curva referente ao batismo de indivíduos livres. Nele podemos observar alguns aspectos curiosos acerca das populações de São José.

**Gráfico 5.** Decomposição da curva referente ao batismo de inocentes livres, APSASJRM, 1752-1800



É notável que, entre os batismos de livres, aproximadamente 1/5 dos registros esteja de alguma forma diretamente relacionado com a instituição da escravidão. Entre as crianças batizadas como livres, por exemplo, 17 % eram filhos de ex-escravas, isto é, mulheres alforriadas; 3% foram listados como filhos de mulheres de “cor”; e 1% dos inocentes foi apadrinhado por escravos ou forros. Em outros termos, o crescimento da população livre, paradoxalmente, tinha como um dos seus fundamentos a dinâmica das populações escravas. Essa é uma demonstração exemplar de como a incontornável escravidão, de maneira indireta e subterrânea, penetrava nas esferas cotidianas da sociedade colonial. Em uma sociedade como essa, isto é, notavelmente assinalada pelo personagem coletivo da escravidão, qualquer generalização a respeito da liberdade corre sérios riscos de incorrer em erros primários.

Se considerarmos que muitas informações podem ter sido omitidas nos batismos, chegaríamos à conclusão de que as cifras registradas poderiam ser bem mais altas. Entretanto, esse não é o raciocínio mais importante no momento. Importa sublinhar que, segundo

as fontes, através de uma complexa teia de parentescos e de sociabilidades, virtualmente escravos e livres poderiam compartilhar de um mesmo universo social. Contudo, de modo algum isso significa que havia uma tendência à “democracia social ou racial” na sociedade escravista da América portuguesa, tendência cristalizada na famosa plasticidade e adaptação do colonizador português. Seguir por esse caminho seria pouco prudente e um tanto prematuro. O que se deve colocar em relevo é o fato de que a sociedade colonial possuía uma estrutura hierárquica e mecanismos de exclusão muito mais intrincados e sutis que os caricaturados pela historiografia.

A exemplo da escravidão, as hierarquias sociais estavam presentes e, mais ainda, profundamente enraizadas nos gestos cotidianos, na opulência simbólica do indumentário, nas expressões corriqueiras, no prestígio dos nomes, isso para não citar inúmeros outros exemplos. De forma contínua e tacitamente as hierarquias se reafirmavam. Dessa forma, compartilhar um universo comum de modo algum pode ser interpretado como algum vestígio, ainda que rudimentar, de proximidade ou igualdade.

Muitas vezes invisíveis para o olhar oblíquo do presente, as hierarquias eram evidentes para os homens do passado. Mais ainda, para os homens de uma sociedade colonial, na qual a escravidão, este incontornável elemento, era uma instituição basilar. Em outros termos, na sociedade colonial, a escravidão era uma estrutura em torno da qual gravitavam os fenômenos episódicos e as transformações conjunturais da sociedade. Através dela e em seu redor se construía, moldavam e articulavam as estruturas do cotidiano.

### **Escravos africanos na sociedade colonial da América portuguesa: a freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1800**

A investigação histórica da composição das populações escravas constitui outro passo fundamental para o entendimento da sociedade escravista da América Portuguesa. No caso específico da capitania de Minas Gerais, sertão da Colônia, a introdução de mão-de-obra escrava africana foi um importante fator na conquista, ocupação e efetiva colonização do território.

A presença de grandes populações africanas, oriundas de várias regiões, no interior da colônia portuguesa revela a extraordinária estrutura comercial atlântica que, no Período Moderno, ligava Portugal, África e Brasil. Ao mesmo tempo em que evidencia o avanço, nem sempre pacífico, do poder da Coroa portuguesa para além das franjas litorâneas da América.

Sem perder de vista a existência de trabalhadores livres, é preciso ressaltar que a escravidão foi o regime de trabalho predominante nesses territórios. A respeito das populações cativas, em meados da década de 80 produziu-se um relevante debate historiográfico acerca das origens das populações escravas de Minas Gerais. De um lado, havia historiadores que assinalavam que a presença de africanos foi predominante entre as populações escravas. Nessa perspectiva, a continuidade da escravidão é vinculada ao comércio negreiro e à estrutura maior do Mercantilismo. Por outro lado, havia aqueles que chamavam a atenção para um significativo contingente de populações escravas “crioulas”. Para esses intérpretes, é no interior da dinâmica social da Colônia que se deve buscar as respostas fundamentais sobre o fenômeno histórico da escravidão e sua perpetuação ao longo do tempo<sup>16</sup>.

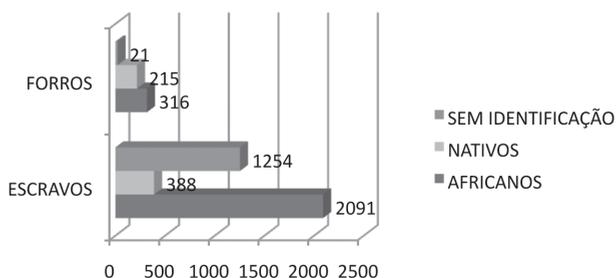
---

<sup>16</sup> Clotilde Andrade Paiva; Douglas Cole Libby, “Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX” *Revista Estudos Econômicos – Instituto de Pesquisas Econômicas* (vol.25, n.2, maio/ago., 1995), 203-233.; Francisco Vidal Luna; Iraci del Nero da Costa, *Minas Colonial: economia e sociedade* (1ª ed., São

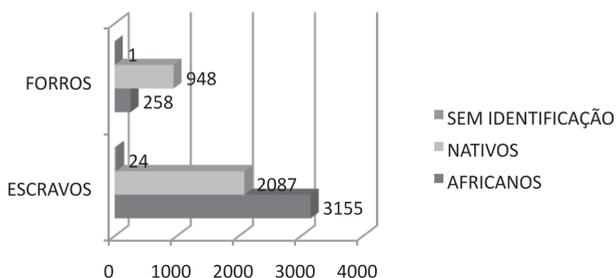
Não houve ponto pacífico entre esses dois grupos. Ainda hoje, esta é uma questão praticamente em aberto no meio historiográfico. Entretanto, nas últimas duas décadas, com a “redescoberta” de muitas fontes e com a conquista de novas tecnologias e métodos de pesquisa, as investigações históricas vêm progredindo com bastante desenvoltura. Tarcísio Botelho, por exemplo, demonstrou argutamente que em certas regiões de Minas Gerais, como o norte da Capitania/Província, havia uma alta concentração de populações escravas “crioulas”, sugerindo que a reprodução endógena da escravidão tenha sido uma realidade em dimensões regionais específicas<sup>17</sup>.

No entanto, para o caso específico da freguesia de São José, aparentemente houve uma predominância de populações africanas entre os escravos. Os gráficos a seguir nos ajudam a visualizar essa hipótese. Neles estão representadas as populações forras e escravas listadas nas fontes de acordo com duas grandes categorias de origem regional, isto é, entre “africanos” e “nativos”. Porém, é necessário sublinhar que a noção de africano em momento algum aparece nas fontes, mas aqui é utilizada como instrumento de organização, análise e interpretação, por isso necessária. A comparação dos dados dos gráficos é um exercício duplamente interessante, na medida em que nos informa tanto das características das fontes como sobre aspectos da sociedade são-joseense.

**Gráfico 6.** Escravos e forros, por origem regional, nos registros de óbito, APSASJRM, 1752-1800

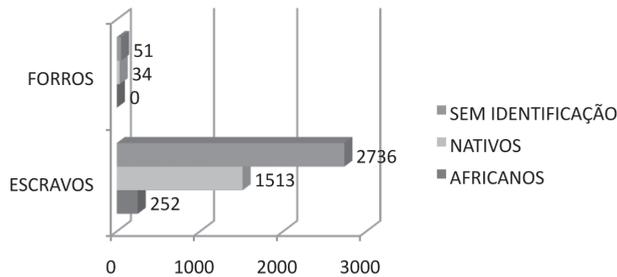


**Gráfico 7.** Escravos e forros, por origem regional, no Rol de Confessados, 1795, São José



Paulo: Pioneira, 1982); Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: Escravos e Senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios, 1718-1804 (1ªed., São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981).*

<sup>17</sup> Tarcísio Rodrigues Botelho, “Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX”, *Estudos Afro-Asiáticos* (Ano 26, n. 1, 2004), 135-166.

**Gráfico 8.** Escravos e forros, por origem regional, nos registros de batismo, APSASJRM, 1752-180

Num primeiro momento, chama a atenção o fato dos africanos constituírem a maioria dos indivíduos listados como escravos tanto nos registros de óbito como no Rol dos Confessados. Nos óbitos eles representam 56% da amostra de cativos, enquanto que no rol a cifra sobe para 60%.

Em contrapartida, nos assentos de batismo, os africanos registrados formam um grupo pouco significativo. Deve-se rememorar, no entanto, que os dados dos batismos se referem unicamente aos africanos que foram batizados na freguesia e não necessariamente a todo o contingente de escravos africanos que foi introduzido na região. Esse é um fator que se deve ter sempre em mente se se pretende compreender as informações fornecidas pela fonte. Por motivos anteriormente explicitados, os africanos provavelmente se encontram subnumerados nos registros batismais.

Contudo, mais interessante que sublinhar uma possível subnumeração dos registros é perceber como as fontes, de acordo com a sua natureza, sugerem aspectos diferentes de uma mesma realidade histórica. Uma análise comparativa, munida de variadas fontes, é virtuosa no sentido em que potencialmente reconstrói, em ação simultânea, dimensões diferentes de um mesmo artefato do passado.

Em outra perspectiva, a comparação do número de indivíduos “sem identificação” listados na documentação fornece preciosos elementos tanto para entender a natureza de produção das fontes como para investigar aspectos da lógica sobre a qual se estruturava a sociedade colonial. Nos batismos e óbitos, por exemplo, o número de escravos registrados sem menção de sua origem é enormemente alto. As cifras são 33,5% de escravos sem origem mencionada nos óbitos e 60% nos batismos.

Provavelmente, o fato de haver tantos “espaços em branco” no que se refere às origens das populações escravas pode ter repercutido diretamente no grau de fiabilidade da presente análise. Contudo, seu maior e mais importante efeito é o de evidenciar a renhida luta do discurso oficial, nesse caso representado pela Igreja, no intuito de impor seu domínio sobre uma sociedade predominantemente mestiça, continuamente impactada pela entrada de africanos e com dinâmicas de crescimento ainda em processo de construção.

Entretanto, comparando-se as três fontes, é surpreendente como o número de indivíduos sem identificação é praticamente nulo no Rol de Confessados. Esta fonte, diretamente ligada à obrigação da confissão, demonstra-se notável pela minúcia e precisão com que as informações foram registradas. Conforme os números do Rol, os escravos africanos formavam aproximadamente 60% da população escrava da freguesia de São José no ano de 1795,

cifra sobremaneira expressiva. Juntamente com os dados das demais fontes, os números do Rol reforçam a hipótese de que em São José a escravidão baseou-se predominantemente na importação maciça e contínua de mão-de-obra escrava africana.

Em outros termos, isso significa que, ao longo de praticamente todo o século XVIII, a dinâmica demográfica da sociedade são-joseense, sertão da colônia portuguesa, sofreu contínua influência do sistema atlântico de comércio, na medida em que o tráfico de escravos introduzia, ano após ano, centenas de almas na freguesia de São José. Dessa forma, nos presentes dados evidenciamos um curioso cruzamento entre a história regional, com suas peculiaridades e fronteiras, e as conjunturas e estruturas de processos históricos de dimensões e alcances enormemente maiores.

Outro aspecto de relevo sugerido pelos gráficos diz respeito às alforrias de africanos. As alforrias e seus possíveis significados em uma sociedade escravista constituem alguns dos temas mais debatidos na literatura sobre a escravidão. Entretanto, não há um consenso entre os historiadores acerca da temática.

De um lado, há as interpretações clássicas, e bastante divulgadas, nas quais as alforrias são analisadas como evidências de que a escravidão no Brasil tenha sido um fenômeno histórico caracterizado pela docilidade dos senhores e a subserviência dos escravos. Neste modelo ideal de sociedade, a violência era um elemento infreqüente e incomum, e a escravidão, por sua vez, quase um instrumento de civilização do selvagem africano. Essa linha de interpretação, e suas variantes mais sutis, vêm perdendo força no meio acadêmico. No entanto, é sobretudo dessa corrente que derivam as representações costumeiras, cristalizadas no imaginário, sobre a escravidão no Brasil.

De outro lado, há os denominados “revisionistas históricos”, obviamente que a denominação é incapaz de traduzir a heterogeneidade desse grupo de investigadores. Contudo, esses historiadores possuem em comum a proposta de interpretar a escravidão sobre novas perspectivas, tomando como ponto de partida fundamental a leitura crítica das interpretações clássicas. Para esse grupo, as alforrias representam uma conquista social, no sentido de que os escravos criaram espaços próprios dentro das sociedades escravistas. Manumissão muitas vezes obtida através da auto-compra após anos de serviços prestados<sup>18</sup>.

Conforme os dados das fontes, nos registros de óbito, os africanos representavam 57% dos indivíduos forros listados, enquanto que, curiosamente, no Rol somavam somente 21,5% de todos alforriados registrados. A diferença entre os dados pode ser um indicador importante para entendermos a estrutura e as dinâmicas da sociedade são-joseense.

Em primeiro lugar, deve-se rememorar que as populações introduzidas pelo tráfico, compostas predominantemente de jovens e adultos, tinham em média uma estrutura etária mais envelhecida que a do restante da população. Em outras palavras, isso significa que, em termos biológicos, estavam mais próximas da morte. Considerando-se esse aspecto, é natural que, em termos numéricos, os africanos, forros ou escravos, apareçam de forma expressiva na documentação de óbitos. Essa particularidade evidencia, novamente, que as fontes, de acordo com sua natureza, sugerem aspectos diferentes de uma mesma realidade histórica. Nesse sentido, mais importante que se basear na crença, simplória e prematura, de que as

---

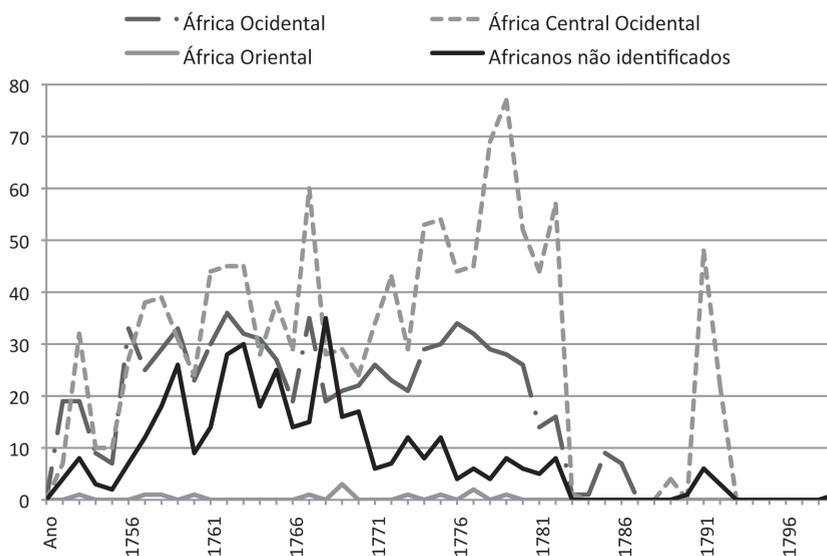
<sup>18</sup> Mary Karash, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); Hebe Maria de Castro, *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil - século XIX* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995); Robert. W. Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil sudeste, século XIX* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

fontes representam imagens distorcidas do passado é perceber que esses testemunhos, em suas diferenças e desequilíbrios, são eles próprios objetos históricos de inestimável valor.

Em seguida, é preciso esclarecer que a metodologia aplicada também influencia diretamente os resultados, isto é, o recorte cronológico de 50 anos, realizado nos óbitos, deixa em evidência não somente a evolução populacional da freguesia na segunda metade do século. Mais do que isso, os dados se alargam no tempo, captando os movimentos demográficos, e seus difíceis ajustamentos, para praticamente todo o século XVIII, pois muitos dos indivíduos registrados nas fontes podem ter chegado à freguesia nas primeiras décadas do século.

Dessa forma, os números do gráfico 6 representam mais que uma mera cifra, pois apreendem de forma bastante particular um movimento demográfico de alcance secular. Movimento este que se refere à morte de gerações inteiras de escravos africanos introduzidos na freguesia de São José desde basicamente as primeiras décadas do setecentos. O gráfico a seguir demonstra como essa dinâmica se desenvolve ao longo do tempo. Nele também podemos analisar o número de óbitos de africanos, por grandes regiões de origem, isto é, África Ocidental, África Central Ocidental e África Oriental, na freguesia de São José na segunda metade do século XVIII.

**Gráfico 9.** Óbitos de africanos, por grandes regiões de origem, APSASJRM, 1752-1800



Nota-se, num primeiro momento, que o percentual de indivíduos originários da África Central Ocidental entre os falecidos é visivelmente maior. Em números, corresponderam a pouco mais 50% dos óbitos de africanos, 1265 falecidos registrados. Chama a atenção que a curva referente a esses indivíduos, apesar de sua irregularidade, cresceu notavelmente até o ano de 1780, não sendo acompanhada nesse desenvolvimento pelas demais curvas representadas.

Tal crescimento, quando analisado diante da relativa estabilidade – tendendo para o declínio – da curva de falecimentos de africanos ocidentais, também representada no gráfico 9, sugere significativas mudanças no comércio dos cativos e na composição da escravaria desta freguesia mineira.

A propósito dessa discussão, Rezende afirma que, na segunda metade do século XVIII, ocorreu uma verdadeira “bantolização” em Minas, isto é, o crescimento do número de cativos originários da África Central Ocidental entre as populações escravas de Minas Gerais. A entrada dos grupos bantos na freguesia de São José deveu-se, ainda segundo o autor, a uma maior aproximação da economia da Comarca do Rio das Mortes, em plena expansão, com a Capitania do Rio de Janeiro, cuja economia, no período, também se encontrava em ascensão. Esta aproximação possibilitou aos traficantes e mercadores de escravos fluminenses, intimamente ligados ao tráfico com o centro-oeste africano, o aumento de sua influência sobre o mercado mineiro de “peças”, superando assim os traficantes soteropolitanos, maiores responsáveis pela presença de cativos da África Ocidental na escravaria da Comarca.<sup>19</sup>

Além disso, deve-se sublinhar que as informações do gráfico 9 estão em plena concordância com os dados analisados por Curtin, no que se refere às exportações projetadas do tráfico de escravos português para o longo período de 1701-1810. Em sua análise, o autor demonstra que, entre os anos de 1740 e 1800, o tráfico de escravos luso orientou-se predominantemente para as regiões centro-ocidental e sul do continente africano<sup>20</sup>.

Esta proximidade entre os resultados possui um duplo efeito em nossa análise. Num primeiro plano, evidencia a importância do tráfico negreiro para a economia e a sociedade de São José. Num segundo, de nosso especial interesse, reafirma a importância do cruzamento de informações de variadas fontes para o estudo de dinâmicas demográficas do passado.

Em sua maior parte, a curva de óbitos que representa, no gráfico 9, os africanos ocidentais, refere-se à morte de indivíduos desembarcados no Brasil ainda na primeira metade do século, tendo em vista que a sua relativa estabilidade, tendendo para o declínio, indica que não houve, para o período em estudo, entradas significativas de escravos dessa região na freguesia de São José do Rio das Mortes.

Chama a atenção o fato de que, até meados de 1787, embora não sendo um grupo continuamente alimentado pelo tráfico, ainda é possível encontrar africanos ocidentais na documentação. Provavelmente um indicador de que alguns poucos indivíduos deste grupo desfrutaram de uma admirável longevidade, como as “minas” forras Quitéria de Araújo e Maria Álvares, falecidas no ano de 1778, com respectivamente 90 e 80 anos de idade.<sup>21</sup>

Em patamares bem menos expressivos, aparecem, no gráfico, os óbitos de africanos orientais, um total de 13 moçambiques (12 homens e 1 mulher). Número bastante pequeno, se comparado aos demais grupos de origem presentes na documentação. Portanto, mais interessante seria acompanharmos a evolução da curva de óbitos de africanos de origem não identificada.

A impossibilidade de identificar as regiões de origem destes indivíduos, em sua maior parte, deveu-se ao fato de muitos párcos, ao lançarem os assentos, empregarem termos genéricos do período para identificar africanos, como “preto” e “negro”, pormenor que dificultou a investigação. No entanto, observando mais atentamente o gráfico 9, percebe-se que a curva de óbitos de africanos de origem não especificada cresce apenas no período entre 1753 e 1769, coincidindo, fortuitamente, com o primeiro período de crescimento de óbitos de escravos do centro-oeste africano. Em outros termos, a concentração de casos de omissão das

<sup>19</sup> Rodrigo Castro Rezende, “As Nossas Áfricas: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas” (Diss. Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006).

<sup>20</sup> Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison: University of Wisconsin Press, 1990).

<sup>21</sup> APSASJRM, Livro de óbitos n° 79, fl. 581 e fl. 591.

origens dos africanos entre os anos 1753-1769 é provavelmente um indicador da dificuldade dos párocos em lidar com os novos perfis das populações africanas da freguesia de São José, em compreender as mudanças do mercado de escravos e especificar as origens dos cativos.

Esta hipótese ganha força se observarmos a curva de falecimentos de africanos não identificados no período posterior. A partir de 1769, esta curva decresce substancialmente, o que pode significar que a cúria da freguesia se ajustou aos novos padrões e perfis das populações africanas.

As tabelas seguintes especificam as nações, o sexo e o número de africanos encontrados na documentação. Nelas é possível visualizar a extraordinária diversidade que caracterizava as populações africanas de São José. Diversidade que não pode ser dimensionada pelo simples termo “africano”. A propósito, todos os termos aqui empregados para identificar as populações africanas foram retirados diretamente das fontes. Obviamente não se referem a grupos étnicos específicos; na verdade, muitos deles fazem menção a portos ou regiões do continente africano. Por isso mesmo são adequados para a investigação das origens históricas dos filhos do tráfico.

**Tabela 1.** Africanos Ocidentais, por nações e sexo, 1752-1800

Nações	Nº	H	M	Nações	Nº	H	M
Cabo Verde	31	30	01	Mina, Xambá	01	–	01
Cabu	46	43	03	Nagô	17	16	01
Cobu	06	04	02	Preto da Costa	01	01	–
Courana	16	12	04	Saburu	03	03	–
São Tomé	02	02	–	Xará	01	01	–
Guiné	06	6	–	Total*	795	629	165
Mina*	664	510	153				

\* excluído 1 indivíduo mina cujo sexo não pode ser identificado

**Tabela 2.** Africanos de origem não identificada, por sexo, 1752-1800

Termos	Nº	H	M	Termos	Nº	H	M
Pretos	389	261	128	Xavam*	01	01	–
Negros	03	02	01	Maneta*	01	01	–
Timbale*	01	01	–	Gorais*	01	01	–
Clavery*	01	01	–	Total	397	268	129

\* para estes cinco indivíduos, embora identificadas suas “nações”, não encontramos referências para suas origens regionais

**Tabela 3.** Africanos Centro-ocidentais, por nações e sexo, 1752-1800

Nações	Nº	H	M	Nações	Nº	H	M	Nações	Nº	H	M
Angola	887	793	94	Cabinda ou Angola	01	01	-	Monjolo	31	30	01
Angola ou benguela	02	02	-	Cabundá	02	02	-	Mussumbé	02	02	-
Bambila	01	01	-	Camba	01	01	-	Cacunda	01	01	-
Banguela	06	05	01	Cassange	02	02	-	Rebolo	23	21	2
Benguela	170	156	14	Congo	106	98	08	Xambá	08	08	
Bimba	01	01	-	Ganguela	12	11	01	Total	1265	1143	122
Cabinda	08	08	-	Massangana	01	-	01				

Fonte das tabelas: APSASJRM – livros de óbitos

Entre as nações da África Ocidental, o grupo dos “minas”, concentrando aproximadamente 85% dos óbitos registrados, sem dúvida é o grande destaque. Hipoteticamente, esta expressiva concentração sugere certa padronização no perfil do tráfico de escravos oriundos dessa região. Por sua vez, no que concerne às nações do Centro-Oeste africano, embora os angolas representem 70% dos registros, a representatividade das outras nações listadas é mais expressiva, pois podemos apontar pelo menos outros três grandes grupos de procedência entre os africanos do centro-oeste: respectivamente os “benguelas”, os “congos” e os “monjolos”.

Analisando as tabelas num plano geral, é surpreendente a diversidade de nações ou de grupos de procedência entre as populações africanas. Por um lado, essa diversidade representa simbolicamente a extensão da estrutura de comércio negreiro em território africano, com a atividade sendo praticada em diversos portos ao longo da costa. Por outro lado, considerando que as nomenclaturas foram retiradas diretamente das fontes, a abundância das mesmas sugere a existência de uma intrigante dinâmica de construções identitárias na freguesia de São José, na medida em que essas terminologias simbolizam como as populações africanas eram percebidas pela sociedade local.

O exame das tabelas também evidencia uma geral desproporção entre homens e mulheres. É notável que o número de homens, entre quase todas as nações, superou 80% no total de indivíduos registrados, formando a esmagadora maioria da população africana. Percentual que acusa o marcante desequilíbrio entre os sexos imposto pelo tráfico negreiro. Em números gerais, porém, o desequilíbrio foi bem menos agudo entre os africanos ocidentais, pois a participação feminina chegou a 20,75% do total de registros, ao passo que para o centro-oeste africano foi de apenas 9,5%.

Essa diferença entre os percentuais de população feminina pode se revelar um indicador interessante. Em hipótese, podemos relacioná-la com diferentes padrões de tráfico de escravos, nos quais o peso das sociedades africanas poderia determinar a disponibilidade ou não da mão de obra feminina. Hipóteses que estudos futuros, fundamentados em maior variedade de fontes, podem endossar ou refutar.

Em seu conjunto, os dados sobre as taxas de masculinidade são surpreendentes, no entanto se tornam ainda mais intrigantes quando analisamos essa questão à luz das alforrias. As tabelas seguintes demonstram as diferentes taxas de masculinidade entre as populações africanas escrava e forra da freguesia de São José.

**Tabela 4.** Percentual de Homens e Mulheres, por condição legal, entre as populações africanas – Documentos de óbito, 1752-1800.

	Homens	Mulheres
Africanos escravos	89,6%	10,4%
Africanos Forros	42,2%	57,8%

Fonte: APSASJRM

**Tabela 5.** Percentual de Homens e Mulheres, por condição legal, entre as populações africanas – Rol dos Confessados, 1795.

	Homens	Mulheres
Africanos escravos	84,65%	15,35%
Africanos forros	49,6%	50,4%

Fonte: Rol dos Confessados

Os dados são notáveis, pois revelam que, embora a população africana da freguesia de São José fosse constituída por uma maioria esmagadora de homens, como observamos anteriormente, as mulheres africanas eram mais bem sucedidas na conquista da liberdade. Há uma farta bibliografia discutindo o tema, mas nenhum consenso foi produzido até agora. De maneira geral, as interpretações apontam para pelo menos duas direções.

A primeira, bastante polêmica, mas radicalmente inovadora, relaciona a sexualidade da mulher escrava com a conquista da sua liberdade. Como vimos, a sociedade colonial era predominantemente masculina, a mulher, nesse contexto, representava um “bem raro e bastante valorizado”. Segundo os intérpretes dessa corrente, as mulheres escravas teriam estrategicamente utilizado essa “demanda social” como recurso na negociação da liberdade.<sup>22</sup> Embora discordando das generalizações e da falta de empiria desta perspectiva, temos de reconhecer-lhe o mérito de não abordar o escravo como instrumento ou vítima da história, mas – isto sim – como elemento ativo e protagonista de sua trajetória social.

Por outro lado, há historiadores que chamam a atenção para o envolvimento dessas mulheres em pequenas atividades comerciais. Nessa vertente historiográfica, as mulheres africanas são retratadas dominando boa parte do pequeno comércio na sociedade colonial, imagem cristalizada nas famosas “negras de tabuleiro”. Estes autores procuram sublinhar que a mobilidade social resultava muitas vezes de um paciente acúmulo pecúlio posteriormente investido na auto-compra. De modo análogo, os autores destacam que a prática do comércio por parte das mulheres africanas não seria uma inovação, mas sim uma recriação, no Novo Mundo, de hábitos presentes nas sociedades africanas do período. Leitura bastante rica, com a qual estamos mais inclinados a concordar<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> A este respeito ver Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Para um contraponto interessante consultar Kathleen J. Higgins, “*Licentious Liberty*” in *a Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais* (Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1999).

<sup>23</sup> Júnia Ferreira Furtado: Pérolas Negras, “Mulheres livres de cor no Distrito Diamantino” in *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*, org. Júnia Ferreira Furtado (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001), 81-121.; Luciano Figueiredo, *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII* (1ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: EDUMB, 1993).

Uma análise da estrutura etária das populações africanas forras e escravas pode auxiliar a construção de hipóteses referentes a esse polêmico assunto. Para esse empreendimento, a fonte privilegiada é o Rol dos Confessados, uma vez que o documento registra, de forma sistemática, informações relativas à idade dos indivíduos listados no Rol.

**Tabela 6.** Média etária, por condição legal, entre as populações africanas – Rol dos Confessados, 1795

	Média Etária
Africanos escravos	37,3 anos
Africanos forros	56,8 anos

Fonte: Rol dos Confessados

Os dados demonstram que a média de idade dos africanos forros era substancialmente mais alta que a dos africanos escravos. Em números aproximados, a diferença entre os dois grupos foi de 19,5 anos.

Uma leitura tradicional desses dados afirmaria que boa parte desses africanos forros foram voluntariamente libertados por seus senhores, pois estavam “muito velhos” para atuarem como força de trabalho, isto é, sua presença num plantel de escravos seria pouco lucrativa ou economicamente inviável. Entretanto, é cada vez mais comum na literatura sobre a escravidão o exame de fontes que revelam que conquista da liberdade, na sociedade colonial, resultava de uma complexa negociação social, na qual as hierarquias intrínsecas dessa sociedade de modo algum poderiam ser desconsideradas<sup>24</sup>. Portanto, quer nos parecer que os dados, diferente da leitura tradicional, apontam para outras direções interpretativas.

A primeira delas, de menor importância, diz respeito a um fato óbvio: que a “força de trabalho ativa” era predominantemente mais jovem que os supostamente afastados do mercado de trabalho escravo, ou seja, os alforriados. Isso ocorre, é preciso rememorar, porque as populações escravas africanas eram continuamente realimentadas com braços jovens oriundos do tráfico. Algo que, obviamente, não sucedia aos alforriados.

A segunda direção, de maior relevo, sugere que a conquista da liberdade, na sociedade escravista colonial, era, na verdade, uma construção de toda uma vida. E que, não raro, era uma conquista que vinha tardiamente – *liberdade ainda que tardia*<sup>25</sup> – ao fim de uma longa vida de trabalho e planejamento. Como pode ter sido o caso de Inácio, preto mina, forro, falecido no ano de 1778, listado na documentação com a idade de 60 anos, casado com a crioula forra Cecícila da Costa Souza<sup>26</sup>. Ou de Filipa, mulher angola, forra, listada no Rol de Confessados como viúva, 69 anos, agregada na fazenda de Serafim Esteves<sup>27</sup>. Ou mesmo no

<sup>24</sup> Consultar entre outros Sheila de Castro Faria, “Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)” in *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*, orgs. Francisco Carlos Teixeira da Silva, MATTOS; Hebe Maria Mattos; João L. Fragoso (Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001), 289-329.; Silvia Hunold Lara, “*Fragments Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*” (Tese de Livre Docência, Universidade de Campina, 2004).

<sup>25</sup> Este é o emblema da bandeira do Estado de Minas Gerais. A frase original deriva de um poema latino e foi empregada pelos Inconfidentes mineiros.

<sup>26</sup> APSASJRM, Livro de óbitos n° 79, fl. 584v.

<sup>27</sup> Rol dos Confessados desta Freguesia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste presente anno de 1795, *IHGT*, Tiradentes, MG.

caso exemplar da preta cobu Quitéria Antônia de Andrade, falecida em 1778 com 70 anos, em cujo registro de óbito aparece a seguinte observação: “fui escrava de Bento Antônio, que me libertou por dinheiro<sup>28</sup>”. Em outras palavras, uma história silenciosa, rotineira e muitas vezes ignorada, porém repleta de protagonismo social.

Em seu conjunto, os dados que temos em mãos são incipientes e escassos. Sendo assim, não respondem a nenhuma questão fundamental. A propósito, geram muito mais questionamentos que respostas. Esse, no entanto, foi um risco que assumimos desde o início da investigação. Contudo, a impressão final é de que a pesquisa cumpre pelo menos parte do seu nobre objetivo qual seja: demonstrar a significativa participação das populações africanas na construção histórica da sociedade colonial e assim levar para dentro da História a história esquecida, e no mais das vezes ignorada, das populações africanas da América portuguesa.

### Considerações finais

Finalizar este texto com qualquer generalização seria uma atitude bastante temerária, pois ao longo da pesquisa, a abordagem de diversos aspectos referentes à sociedade colonial demonstrou como essa sociedade era definida por inúmeras particularidades históricas. Deve-se a essa percepção a importância que conferimos à análise exaustiva, e muitas vezes enfadonha, de cada aspecto abordado na investigação.

Assim, ao investigar a representatividade da escravidão na sociedade colonial, tocamos em alguns pontos que consideramos cruciais para a construção epistemológica da investigação. Por isso enveredamos por discussões referentes às características particulares das fontes, confrontando-as, na ambiciosa busca pelo entendimento da lógica de produção desses testemunhos do passado. As evidências dessa busca, nem sempre bem sucedida, podem ser lidas repetidas vezes ao longo do texto.

De modo análogo, através de amostragens, comparações de dados e cruzamentos de informações, analisamos as influências da presença maciça de escravos nas dinâmicas sociais freguesia de São José. Em seu lento avanço, a investigação demonstrou como a escravidão penetrava e enraizava-se no cotidiano da sociedade local, não somente através do personagem coletivo do escravo, mas também na medida em que gerava populações inteiras que vagavam curiosamente entre a escravidão e a liberdade. E mais ainda, na paradoxal influência que a escravidão exercia sobre as dinâmicas das populações legalmente livres.

Em resumo, evidenciamos, neste primeiro momento da investigação que, na sociedade colonial, a escravidão era uma estrutura em torno da qual gravitavam os fenômenos episódicos e as transformações conjunturais da sociedade. Através dela e em seu redor se construíam, moldavam e articulavam as estruturas do cotidiano.

No avanço e aprofundamento da análise, examinamos a composição das populações escravas da freguesia e demonstramos a predominância de africanos entre os escravos. Nesse item em particular, sublinhamos como os dados fornecem elementos para um interessante cruzamento entre a história regional e dimensões históricas de alcance enormemente maiores.

Ainda nesse campo, analisamos a mudança na composição das populações africanas na freguesia de São José ao longo do tempo. Verificamos que, na segunda metade do século XVIII, os indivíduos oriundos da África Central Ocidental formavam a maioria população escrava africana. Mudanças relacionadas com as dinâmicas do comércio negreiro internacional.

---

<sup>28</sup> APSASJRM, Livro de óbitos n° 79, fl. 586.

E mais, a partir desse debate, levantamos dados para sugerir diferenças entre os padrões do tráfico negreiro segundo as regiões do continente africano.

Investigando detalhadamente as populações africanas, verificamos como o tráfico negreiro desequilibrava de modo extraordinário as taxas de masculinidade dessas populações. Por outro lado, examinamos a intrigante inversão ocorrida quando se trata das populações forras africanas, nas quais a presença feminina é, curiosamente, majoritária.

Ainda sobre as alforrias, através da análise da estrutura etária das populações forras e escravas, demonstramos que a liberdade, na sociedade colonial, muitas vezes era uma construção de toda uma vida. E que, não raro, vinha tardiamente, ao fim de uma longa vida de trabalho e planejamento. Em poucas palavras, uma história silenciosa, rotineira e muitas vezes ignorada, porém repleta de protagonismo social.